



ANÁLISE

A triste ironia da cobrança fiscal

NUNO OLIVEIRA GARCIA

Assistente na Faculdade de Direito (UL). Advogado fiscalista

Na última década foram muitos os investimentos na máquina fiscal ao nível da cobrança. Seria profundamente injusto não assumir esse facto e seria completamente incorrecto não defender que há muito que deveríamos estar como agora estamos a esse respeito. Mas se antes tínhamos um Estado que não queria cobrar eficazmente as dívidas fiscais, agora temos um Estado que é tão eficaz nessa cobrança que chega a cobrar dívidas, penhorando parte de salários, que não são suas a troco de uma remuneração.

Acresce que os números preocupantes da execução fiscal – isto é, das cobranças tributárias por penhoras e outros meios semelhantes – são reveladores de uma triste ironia e de uma trágica afinidade: nunca como agora houve tantos recursos à disposição dos serviços de execução fiscal, e nunca como agora (nos tempos recentes) os contribuintes tiveram menos recursos para cumprir com as suas responsabilidades fiscais e pagar as suas dívidas. Veja-se o caso do IMI, que não podia ser mais paradigmático: durante décadas pagou-se muito pouco – demasiado pouco, e não foram poucos os que o disseram – e havia dinheiro nas famílias e nas empresas. Hoje não há esse dinheiro e o IMI subiu vertiginosamente, subiu longe demais até. Penhorar-se-ão as casas pelas dívidas do IMI.

Encontramo-nos pois perante não só um país endividado, mas pior: perante um país endividado com uma população endividada perante o Estado. Seria fácil concluir, como se de um silogismo se tratasse, que é um país endividado consigo próprio. É isso mesmo. ■

Se antes tínhamos um Estado que não queria cobrar eficazmente as dívidas fiscais, agora temos um Estado que é tão eficaz nessa cobrança.